

Artigo 10.º

Apreciação e Decisão

1 — A apreciação e decisão relativa aos pedidos de apoio e do seu enquadramento nas condições estabelecidas no presente regulamento, é da competência do Presidente da Câmara Municipal, ou do Vereador com competência delegada, mediante Parecer prévio elaborado pelos técnicos do Gabinete de Ação Social e Psicologia, o qual incidirá sobre os seguintes pontos:

- a) Instrução da Candidatura;
- b) Situação Familiar do candidato;
- c) Situação Económica do agregado familiar do candidato;
- d) Relações Sociais;
- e) Apoio da Rede Social;
- f) Outras observações relevantes.

2 — As candidaturas que se enquadrem no disposto no Artigo 3.º n.º 2 do presente Regulamento, serão objeto de deliberação da Câmara Municipal.

3 — Nos casos em que as intervenções revistam carácter de urgência, poderá a decisão referida no número anterior ser tomada pelo Presidente da Câmara Municipal, a qual fica sujeita a ratificação na primeira reunião da Câmara Municipal realizada após a sua prática.

4 — A não apresentação das informações solicitadas ao abrigo do disposto no Artigo 7.º n.º 3 do presente Regulamento, dentro do prazo estipulado para o efeito, implicará o indeferimento liminar do pedido.

Artigo 11.º

Direito de utilização do serviço

1 — Em caso de deferimento do pedido, o Município de Almodôvar comunicará ao beneficiário a data e hora em que o trabalhador municipal afeto ao presente projeto se deslocará ao respetivo domicílio.

2 — Ficarão impedidos de apresentar candidatura ao presente projeto, pelo período de dois anos, os munícipes que tenham prestado falsas declarações para a obtenção dos serviços previstos no presente Regulamento.

Artigo 12.º

Parcerias

1 — O Município de Almodôvar, na prossecução dos objetivos previstos neste regulamento, poderá estabelecer parcerias com instituições, locais ou não, que se venham a revelar importantes no desenvolvimento do projeto, mediante celebração de protocolos.

2 — O Município de Almodôvar deverá dar conhecimento prévio aos parceiros iniciais, quanto à inclusão de novas parcerias.

Artigo 13.º

Dúvidas e Omissões

Cabe à Câmara Municipal de Almodôvar resolver, mediante deliberação, todas as dúvidas e omissões que surjam da aplicação do presente Regulamento.

Artigo 14.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

309663011

Aviso (extrato) n.º 8946/2016

Alteração da composição do júri do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para um técnico superior da carreira geral de técnico superior — Engenharia Civil.

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por meu despacho de 20 de maio de 2016, foi determinada a alteração da composição do júri do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para um técnico superior da carreira geral de técnico superior — Engenharia Civil, aberto pelo Aviso n.º 5499/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série,

n.º 82, de 28 de abril de 2016, passando o júri do referido procedimento concursal a ser constituído por:

Composição do júri:

Presidente do Júri: Maria Margarida Martins Ramos — Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Gestão Territorial e Ambiente.

Vogais efetivos: Nadine Santos Caldeira — Técnica Superior e Manuel da Silva Campos — Técnico Superior.

Vogais suplentes: Bruno Dinis da Silva Esteves — Técnico Superior e Nelson Ricardo Diogo Santos — Técnico Superior.

A alteração da composição do júri fundamentou-se na circunstância do anterior vogal suplente, Ricardo Filipe Guerreiro Benedito, se ter considerado impedido e ao abrigo dos artigos 73.º e 74.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, ter pedido a escusa de intervir no procedimento, alegando o facto da pessoa com quem vive em condições análogas às dos cônjuges se ter candidatado a este procedimento concursal.

30 de junho de 2016. — O Presidente da Câmara, *Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota*.

309703325

Aviso (extrato) n.º 8947/2016**Cessação da relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação**

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, da trabalhadora Maria Filomena Abílio Simão Messias, na carreira e categoria de assistente operacional, por motivo de aposentação com efeitos a partir de 01 de julho de 2016, auferindo, à data, a remuneração base mensal de € 738,05, correspondente à 6.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 6, da Tabela Remuneratória Única.

01 de julho de 2016. — O Presidente da Câmara, *Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota*.

309709571

Aviso (extrato) n.º 8948/2016

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 18 de maio de 2016, foi dada anuência à prorrogação da situação de mobilidade interna, na modalidade de mobilidade intercarreiras, do assistente operacional Cláudio José Balbina Viseu, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com efeitos a partir de 01 de julho de 2016 e excecionalmente até 31 de dezembro de 2016.

05 de julho de 2016. — O Presidente da Câmara, *Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota*.

309712024

MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE**Aviso n.º 8949/2016**

Torna-se público que a Assembleia Municipal de Alvaiázere aprovou, na sua sessão ordinária de 02/06/2016, sob proposta da Câmara Municipal e após discussão pública o seguinte regulamento: “Regulamento de Preços do Município de Alvaiázere” que entra em vigor quinze dias após a sua publicação, nos termos legais.

Mais torna público que o Regulamento em apreço poderá ser consultado no site da Câmara Municipal em www.cm-alvaiazere.pt

07-07-2016. — A Presidente da Câmara, *Célia Margarida Marques*, Arq.

Nota justificativa

Nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, as autarquias locais devem fixar os preços e demais instrumentos de remuneração que dizem respeito, entre outras, às atividades de exploração de sistemas municipais ou intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais, de gestão de resíduos sólidos, de transportes coletivos de pessoas e mercadorias e de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, prestadas ou fornecidas em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais, pelos serviços municipalizados e por empresas locais.

Nos domínios supra mencionados, tem sido desenvolvido um grande esforço no sentido de proporcionar serviços de qualidade que vão ao

encontro das pretensões dos municípios. Por outro lado, as alterações legislativas introduzidas pela lei nas finanças locais exigem uma regulamentação dos preços devidos pela exploração dos serviços prestados e pelo fornecimento dos mais variados bens.

Desta forma, o presente Regulamento, ao definir, de uma forma clara, o processo de liquidação e cobrança dos preços devidos pelos serviços prestados, para além de adequar a matéria nele vertida ao atual quadro jurídico, reflete, ao mesmo tempo, uma garantia dos direitos dos utentes dos serviços municipais, sem descuidar, obviamente, o justo equilíbrio entre esses direitos e o interesse público local, sem acréscimo de custos para ambos.

A Constituição da República Portuguesa atribui ao poder local o reconhecimento da sua capacidade Regulamentar, conforme se pode aferir dos ensinamentos do artigo 241.º da aludida Lei Fundamental, devendo ser considerado, neste âmbito e cumulativamente, o estatuido no n.º 7 do seu artigo 112.º

Vislumbrando, igualmente, as competências que são atribuídas às autarquias locais pelas alíneas g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, é elaborado o Regulamento de Preços do Município de Alvaiázere.

O projeto de Regulamento é objeto de consulta pública, a par do cumprimento do artigo 2.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, antes de aprovação da proposta pela Câmara Municipal e da submissão para aprovação à Assembleia Municipal.

Preâmbulo

Decorrido o procedimento de elaboração previsto na lei, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Alvaiázere aprova, sob a forma de regulamento, o Regulamento de Preços do Município de Alvaiázere, nos termos das alíneas c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cujo Projeto de Regulamento foi publicado pelo Aviso n.º 3257/2016, do Município de Alvaiázere, na 2.ª série do *Diário da República* n.º 49, de 10 de março de 2016, disponibilizado na Subunidade Orgânica da Tesouraria e Atendimento e na página eletrónica do Município de Alvaiázere, em www.cm-alvaiazere.pt, com vista à sua consulta pública por 30 dias, de forma que os interessados se possam também pronunciar sobre o projeto de Regulamento no mesmo prazo, a par do cumprimento do artigo 2.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O Regulamento é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e no artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.

Artigo 2.º

Objeto

1 — O Regulamento estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a definição e cobrança dos preços devidos pelos serviços ou bens públicos prestados ou fornecidos pelo Município de Alvaiázere ou por terceiro por este autorizado.

2 — Os preços referidos no número anterior são os estipulados na tabela anexa ao presente Regulamento, e que dele faz parte integrante.

Artigo 3.º

Determinação dos Preços

1 — O valor dos preços não deve ser inferior aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação de serviços e com o fornecimento de bens.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, os custos suportados são medidos em situação de eficiência produtiva e, quando aplicável, de acordo com o disposto no Regulamento.

3 — Os preços para a venda dos “produtos de Merchandise e outros” elencados na tabela de preços anexa ao presente Regulamento correspondem ao seu preço de custo, acrescido de uma margem de 20 %.

4 — Os preços são fixados sem prejuízo do disposto nos n.ºs 5 a 8 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e de contratos celebrados com empresas locais.

Artigo 4.º

Sujeitos

1 — O sujeito ativo da relação jurídica geradora da obrigação de pagamento dos preços é o Município de Alvaiázere ou o terceiro por este autorizado a prestar o serviço público ou a fornecer o bem público sujeito ao preço.

2 — O sujeito passivo da relação jurídica prevista no número anterior é toda a pessoa, singular ou coletiva, pública ou privada, com ou sem personalidade jurídica, e as entidades legal ou funcionalmente equiparadas, que, nos termos da lei e dos regulamentos municipais, esteja vinculada à obrigatoriedade de efetuar o pagamento dos preços ao Município de Alvaiázere ou a terceiro por este autorizado pelos serviços ou bens públicos por eles prestados ou fornecidos.

Artigo 5.º

Incidência dos Preços

Os preços a cobrar pela prestação de serviços ou pelo fornecimento de bens públicos ao abrigo do Regulamento respeitam, designadamente:

- a) Ao abastecimento público de água;
- b) Ao saneamento de águas residuais;
- c) À gestão de resíduos sólidos;
- d) À realização de fotocópias, impressões e digitalizações;
- e) À Universidade Sénior;
- f) Ao fornecimento de produtos *merchandise* e outros similares;
- g) Aos serviços de educação;
- h) Aos serviços de preservação, conservação e restauro, incluindo suportes em madeira;
- i) À atividade de transporte de pessoas e mercadorias;
- j) Ao serviço de remoção ou reposição de objetos colocados ou retirados ilegalmente da via pública e de trabalhos nela ilegalmente efetuados ou omitidos;
- k) Ao cemitério municipal;
- l) Ao serviço de montagem e desmontagem de tendas;
- m) A outros serviços ou fornecimento de bens, constantes da rubrica “diversos” na tabela anexa ao presente Regulamento.

CAPÍTULO II

Isenções e reduções dos preços

Artigo 6.º

Isenções e Reduções dos Preços

1 — Estão isentos ou beneficiam de redução dos preços os sujeitos passivos que beneficiem das isenções ou reduções previstas noutros regulamentos do Município de Alvaiázere ou a quem, por lei, seja atribuída a respetiva isenção.

2 — Está isenta de preços a utilização de internet na Biblioteca Municipal e no Museu Municipal.

3 — Estão isentos dos preços de cedência do Palco Municipal e de montagem e desmontagem de tenda, as seguintes entidades, cuja sede efetiva seja no Município de Alvaiázere:

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública e as instituições particulares de solidariedade social;
- b) As associações e as fundações sem fins lucrativos;
- c) As associações de moradores do Município de Alvaiázere; e
- d) As cooperativas, suas uniões, federações ou confederações.

4 — A Câmara Municipal pode atribuir outras isenções ou reduções de preços até 70 %, sempre que o interesse público local ou a situação económico-social do sujeito passivo o justifique, designadamente aos agregados familiares compostos por 5 ou mais pessoas ou à organização de eventos.

5 — A concessão de isenção ou redução dos preços não dispensa o pagamento de custos devidos pelos respetivos bens e serviços a entidades exteriores ao Município de Alvaiázere.

6 — As isenções e reduções dos preços não são cumulativas.

7 — É aplicável às isenções e reduções de preços o disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais.

CAPÍTULO III

Pagamento dos preços

Artigo 7.º

Fatura

1 — O pagamento dos preços deve ser efetuado no prazo constante na respetiva fatura.

2 — A fatura contém:

- a) A identificação do sujeito passivo;
- b) A identificação do serviço prestado ou do bem fornecido;
- c) O seu valor, acrescido dos impostos legalmente devidos, e o respetivo cálculo;
- d) O prazo de vencimento;
- e) Os meios de reclamação.

3 — O cálculo dos preços, cujo quantitativo esteja indexado ao ano, mês, semana ou dia, efetua-se em função do calendário.

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se semana de calendário o período compreendido entre segunda-feira e domingo.

Artigo 8.º

Revisão do Valor da Fatura

1 — Os serviços municipais podem proceder à revisão do valor da fatura, por iniciativa própria ou por iniciativa do sujeito passivo, mediante reclamação apresentada até à data de vencimento da fatura, com todos os elementos que considere relevantes para a procedência do pedido de revisão.

2 — Sempre que se verifique a revisão do valor da fatura, é emitida nova fatura e enviada ao sujeito passivo para pagamento nos termos do artigo anterior.

3 — Quando tenha sido cobrada quantia superior à devida, os serviços municipais devem promover, de imediato, independentemente de reclamação do sujeito passivo, a restituição da quantia que foi paga indevidamente.

4 — Quando tenha sido cobrada quantia inferior à devida, os serviços municipais devem promover, de imediato, independentemente de reclamação do sujeito passivo, a cobrança do valor remanescente.

Artigo 9.º

Pagamento

1 — O pagamento dos preços pode ser feito em numerário, por cheque, débito em conta, transferência bancária para a conta a indicar pelo Município de Alvaiázere, ou por qualquer outro meio legalmente autorizado.

2 — Os prazos para pagamento dos preços são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

3 — Quando o prazo para pagamento terminar em dia em que os serviços competentes para o recebimento se encontrem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Artigo 10.º

Pagamento em prestações

1 — Mediante requerimento, efetuado dentro do prazo de vencimento da fatura, o Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação nos vereadores, pode autorizar o pagamento em prestações nos termos da lei.

2 — Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendidas, bem como os motivos que fundamentam o pedido.

3 — O pagamento de cada prestação deve ocorrer até à data fixada no deferimento do pedido.

4 — A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes.

5 — O pagamento em prestações pode ser fracionado até ao máximo de 24 vezes.

Artigo 11.º

Suspensão da Prestação de Bens e Serviços

1 — Os bens e serviços que sejam fornecidos ou prestados continuamente ou que correspondam a bens e serviços públicos essenciais nos termos da lei em vigor podem ser suspensos, designadamente, em caso de mora do pagamento dos respetivos preços, e após a notificação do sujeito passivo, por escrito, com a antecedência mínima de 20 dias, relativamente à data em que a mesma venha a ter lugar.

2 — A notificação mencionada no número anterior, contém expressamente:

- a) O motivo da suspensão;
- b) Os meios de que o utente dispõe para evitar a suspensão do serviço, e consequente reposição do mesmo;
- c) Os meios procedimentais e processuais de defesa.

3 — O disposto nos números anteriores não é aplicável sempre que, estejam em causa, situações de força maior, estado de necessidade ou que constituam perigo para a segurança e saúde públicas.

Artigo 12.º

Cobrança Coerciva

1 — Se os preços não forem pagos pelo sujeito passivo no prazo estipulado, o Município de Alvaiázere dá de imediato início aos procedimentos de liquidação e cobrança dos valores em dívida com vista à sua cobrança coerciva, devendo os respetivos serviços proceder à extração de uma certidão de dívida para efeitos de instrução do competente processo de cobrança coerciva nos termos do Regulamento Geral de Taxas Municipais e dos procedimentos tributário e administrativo, seguindo-se o respetivo regime.

2 — A cobrança coerciva de preços prevista no número anterior é efetuada pelo Município de Alvaiázere.

3 — O pagamento de preços após o prazo de vencimento dá ainda lugar ao pagamento de juros de mora e das despesas administrativas, incluindo os atinentes à sua cobrança coerciva.

4 — O valor das despesas administrativas referidas no número anterior é fixado pela Câmara Municipal, com faculdade de delegação no seu Presidente.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 13.º

Atualização do Montante dos Preços

1 — O valor dos preços previstos na tabela de preços é atualizado anualmente, em função dos índices de preços no consumidor publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante 12 meses.

2 — As atualizações à tabela de preços são publicitadas através de edital e no sítio do Município de Alvaiázere, em www.cm-alvaiazere.pt.

Artigo 14.º

Disposição Transitória

1 — Os preços das atividades de animação e de apoio à família, após o fim da componente letiva, e as respetivas atividades de acompanhamento são pagos de acordo com os seguintes escalões do abono de família para crianças e jovens em que a respetiva família se integra:

- a) Escalão 1 do abono de família para crianças e jovens — é pago 50 % do preço;
- b) Escalão 2 do abono de família para crianças e jovens — é pago 75 % do preço;
- c) Escalão 3 do abono de família para crianças e jovens — é pago todo o preço.

2 — O disposto no número anterior é aplicável até à entrada em vigor do regulamento que estabeleça as normas de funcionamento, de pagamento e de apoios a conceder pelo Município de Alvaiázere no âmbito da educação.

Artigo 15.º

Norma Revogatória

São revogados os regulamentos e disposições referentes a preços contidos em quaisquer regulamentos do Município de Alvaiázere em vigor, que sejam contrários ao presente Regulamento ou que prevejam o pagamento de preços que nele não estejam previstos.

Artigo 16.º

Entrada em Vigor

O Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*.

| TABELA DE PREÇOS DO MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE | | VALOR PROPOSTO PELO MUN. Alvaiázere 2016 |
|--|---|---|
| Capítulo I | | |
| Abastecimento de água | | |
| Artigo 1.º | | |
| Tipo de consumidor | | |
| 1. Consumos Domésticos: | | |
| 1.1 Tarifa Fixa (de acordo com o diâmetro nominal do contador) | | |
| 1.1.1 | Até 25 mm | 2,6049 |
| 1.1.2 | Superior a 25 mm - Aplica-se a tarifa (componente fixa) dos utilizadores não domésticos, no diâmetro de contador correspondente | |
| 1.2 Tarifa Variável - Água | | |
| 1.2.1 | Até 5m3 | 0,6788 |
| 1.2.2 | Mais de 5 a 15m3 | 1,0000 |
| 1.2.3 | Mais de 15 a 25m3 | 1,5000 |
| 1.2.4 | Superior a 25m3 | 2,5000 |
| 1.3 Tarifa Variável para agregados familiares numerosos, com cinco ou mais elementos | | |
| 1.3.1 | Até (5+(n-3)) m3 | 0,6788 |
| 1.3.2 | Superior a (5+(n-3))m3 até (15+(n-3)) m3 | 1,0000 |
| 1.3.3 | Superior a (15+(n-3))m3 até (25+(n-3))m3 | 1,5000 |
| 1.3.4 | Superior a (25+(n-3)) m3 | 2,5000 |
| Em que: | | |
| n - n.º de elementos do agregado familiar | | |
| 2 Consumos não domésticos: | | |
| 2.1 Tarifa Fixa - Água | | |
| 2.1.1 | até 20mm | 5,2097 |
| 2.1.2 | superior a 20mm e até 30mm | 10,4194 |
| 2.1.3 | superior a 30mm e até 50 mm | 20,8389 |
| 2.1.4 | superior a 50 e até 100mm | 41,6778 |
| 2.1.5 | superior a 100 e até 300mm | 83,3555 |
| 2.2 Tarifa Variável - Água | | |

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

| | | |
|----------------------------------|---|----------|
| 2.2.1 | Consumos Não Domésticos | 1,5000 |
| 2.2.2 | Ligação Temporária ao sistema público - eventos, obras, outros - por m3 | 1,5000 |
| 3 | Tarifa Social | |
| 3.1 | Consumos Domésticos | |
| 3.1.1 | Tarifa Fixa | |
| 3.1.1.1 | Tarifa Fixa (apenas contadores até 25mm de diâmetro nominal) | isento |
| 3.1.2 | Tarifa Variável (O valor a cobrar pelo 2.º escalão é igual ao 1.º escalão) | |
| 3.1.2.1 | Até 5m3 | 0,6788 |
| 3.1.2.2 | Superior a 5m3 até 15 m3 | 0,6788 |
| 3.1.2.3 | Superior a 15m3 até 25 m3 | 1,5000 |
| 3.1.2.4 | Superior a 25m3 | 2,5000 |
| 3.2 | Consumos Não Domésticos | |
| 3.2.1 | Tarifa Fixa - Redução de 50% | |
| 3.2.1.1 | Instituições Particulares de Solidariedade Social | |
| 3.2.1.1 | Organizações Não Governamentais Sem Fins Lucrativos | |
| 3.2.1.1 | Entidades de Reconhecida Utilidade Pública | |
| Artigo 2.º | | |
| Ramais de água | | |
| 1. | Orçamento de ramal de água | |
| 1.1 | Até 20 metros | Gratuito |
| 1.2 | Além dos 20 metros (mediante orçamento) | |
| Artigo 3.º | | |
| Serviços diversos de água | | |
| 1. | Suspensão da ligação do serviço a pedido do utilizador; | 80,0000 |
| 2. | Reinício da ligação do serviço a pedido do utilizador; | 80,0000 |
| 3. | Restabelecimento da ligação do serviço por incumprimento do utilizador; | 40,0000 |
| 4. | Leitura extraordinária de consumos de água decorrente de solicitação do utilizador | 54,0000 |
| 5. | Verificação extraordinária de contador a pedido do utilizador, salvo quando se comprove a respetiva avaria por motivo imputável ao utilizador | 134,4850 |

| | | |
|--|--|---------|
| 6. | Reparação ou substituição de contador, torneira de segurança ou de válvula de corte, por motivo imputável ao utilizador. | 96,1724 |
| 7. | Fornecimento de água em autotanques, salvo quando justificado por interrupções de fornecimento, designadamente em situações em que esteja em risco a saúde pública, (mediante orçamento à data); | |
| 8. | Outros serviços a pedido do utilizador (Mediante orçamento à data). | |
| Capítulo II Saneamento de águas residuais Artigo 4.º Tipo de consumidor | | |
| 1. | Consumos Domésticos: | |
| 1.1 | Tarifa fixa - Saneamento: | 1,0693 |
| 1.2 | Tarifa Variável - Saneamento | |
| 1.2.1 | Até 5m3 | 0,7200 |
| 1.2.2 | Mais de 5 a 15m3 | 1,0800 |
| 1.2.3 | Mais de 15 a 25m3 | 1,6200 |
| 1.2.4 | Superior a 25m3 | 2,4300 |
| 1.3 | Tarifa Variável para agregados familiares numerosos, com cinco ou mais elementos | |
| 1.3.1 | Até $(5+(n-3))$ m3 | 0,7200 |
| 1.3.2 | Superior a $(5+(n-3))$ m3 até $(15+(n-3))$ m3 | 1,0800 |
| 1.3.3 | Superior a $(15+(n-3))$ m3 até $(25+(n-3))$ m3 | 1,6200 |
| 1.3.4 | Superior a $(25+(n-3))$ m3 | 2,4300 |
| | Em que: | |
| | n - n.º de elementos do agregado familiar | |
| 2. | Consumos não domésticos: | |
| 2.1 | Tarifa Fixa - Saneamento: | 1,0693 |
| 2.2 | Tarifa Variável - Saneamento | |
| 2.2.1 | Consumos Não Domésticos | 1,6200 |
| 3 | Tarifa Social | |
| 3.1 | Consumos Domésticos | |
| 3.1.1 | Tarifa Fixa | |

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

| | | |
|---|--|----------|
| 3.1.1.1 | Tarifa Fixa (apenas contadores até 25mm de diâmetro nominal) | Isento |
| 3.1.2 | Tarifa Variável (O valor a cobrar pelo 2.º escalão é igual ao 1.º escalão) | |
| 3.1.2.1 | Até 5m³ | 0,7200 |
| 3.1.2.2 | Superior a 5m³ até 15 m³ | 0,7200 |
| 3.1.2.3 | Superior a 15m³ até 25 m³ | 1,6200 |
| 3.1.2.4 | Superior a 25m³ | 2,4300 |
| 3.2 | Consumos Não Domésticos | |
| 3.2.1 | Tarifa Fixa - Redução de 50% | |
| 3.2.1.1 | Instituições Particulares de Solidariedade Social | 0,5346 |
| 3.2.1.1 | Organizações Não Governamentais Sem Fins Lucrativos | 0,5346 |
| 3.2.1.1 | Entidades de Reconhecida Utilidade Pública | 0,5346 |
| Artigo 5.º | | |
| Ramais de Saneamento | | |
| 1. | Orçamento de ramal de saneamento | |
| 1.1 | Até 20 metros | Gratuito |
| 1.2 | Além dos 20 metros (mediante orçamento) | |
| Artigo 6.º | | |
| Limpeza de fossas sépticas | | |
| 1. | Limpeza, Recolha, transporte e destino final de lamas provenientes de fossas sépticas, recolhidas através de meios móveis; | 31,5000 |
| Artigo 7.º | | |
| Serviços diversos de saneamento | | |
| 1. | Outros serviços a pedido do utilizador (Mediante orçamento). | |
| Capítulo III | | |
| Recolha, depósito e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos | | |
| Artigo 8.º | | |
| Tipo de Consumidor | | |
| 1. | Consumos Domésticos: | |
| 1.1 | Tarifa Fixa - RSU's | 0,6140 |
| 1.2 | Tarifa Variável - RSU's | |

| | | |
|-----------------------------------|--|--------|
| 1.2.1 | Até 5m3 | 0,3000 |
| 1.2.2 | Mais de 5 a 15m3 | 0,3000 |
| 1.2.3 | Mais de 15 a 25m3 | 0,3000 |
| 1.2.4 | Superior a 25m3 | 0,3000 |
| 1.3 | Tarifa Variável para agregados familiares numerosos, com cinco ou mais elementos | |
| 1.3.1 | Até $(5+(n-3))$ m3 | 0,3000 |
| 1.3.2 | Superior a $(5+(n-3))$ m3 até $(15+(n-3))$ m3 | 0,3000 |
| 1.3.3 | Superior a $(15+(n-3))$ m3 até $(25+(n-3))$ m3 | 0,3000 |
| 1.3.4 | Superior a $(25+(n-3))$ m3 | 0,3000 |
| | Em que: | |
| | n - n.º de elementos do agregado familiar | |
| 2. | Consumos não domésticos: | |
| 2.1 | Tarifa Fixa - RSU | 0,6100 |
| 2.2 | Tarifa Variável - RSU's | |
| 2.2.1 | Consumos Não Domésticos | 0,3000 |
| 3 | Tarifa Social | |
| 3.1 | Consumos Domésticos | |
| 3.1.1 | Tarifa Fixa | isento |
| 3.2 | Consumos Não Domésticos | |
| 3.2.1 | Tarifa Fixa - Redução de 50% | |
| 3.2.1.1 | Instituições Particulares de Solidariedade Social | 0,3050 |
| 3.2.1.1 | Organizações Não Governamentais Sem Fins Lucrativos | 0,3050 |
| 3.2.1.1 | Entidades de Reconhecida Utilidade Pública | 0,3050 |
| Artigo 9.º | | |
| Serviços diversos de RSU's | | |
| 1. | Outros serviços a pedido do utilizador (Mediante orçamento). | |
| Nota | A taxa de TRH e TRS cobrada ao Município será na mesma medida cobrada ao Município | |

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

| Capítulo IV | |
|--|---------|
| Diversos | |
| Artigo 10.º | |
| Fotocópias, Impressões e Digitalizações no Serviço de Biblioteca | |
| 1. Fotocópias: | |
| 1.1 A4 ou fração - preto e branco | 0,1000 |
| 1.2 A4 ou fração - cor | 0,1500 |
| 1.3 A3 ou fração - preto e branco | 0,1500 |
| 1.4 A3 ou fração - cor | 0,4000 |
| 2. Impressões: | |
| 2.1 A4 ou fração - preto e branco | 0,1500 |
| 2.2 A4 ou fração - cor | 0,2900 |
| 2.3 A3 ou fração - preto e branco | 0,2500 |
| 2.4 A3 ou fração - cor | 0,5000 |
| 3. Digitalizações: | |
| 3.1 Pela primeira folha (formato A4) | 0,3000 |
| 3.2 Por cada folha além da primeira (formato A4) | 0,1000 |
| 3.3 Pela primeira folha (formato A3) | 0,4000 |
| 3.4 Por cada folha além da primeira (formato A3) | 0,1500 |
| Artigo 11.º | |
| Universidade Sénior | |
| 1. Inscrição | 10,0000 |
| 2. Propina Mensal | 5,0000 |
| Artigo 12.º | |
| Produtos "Merchandise" e Outros | |
| 1. Vinho Tinto "Sicó Gourmet" 2005 | 9,0000 |
| 2. Vinho Tinto "Sicó Gourmet" 2010 | 9,0000 |
| 3. Vinho Tinto "Vale da Brenha" | 9,0000 |
| 4. Azeite - Lagar Velho 500 ml | 2,0000 |
| 5. Azeite - Lagar Velho 1l | 4,0000 |
| 6. Azeite Vale da Brenha 500 ml | 4,0000 |
| 7. Azeite JSD 250ml | 1,6000 |
| 8. Azeite JSD 750ml | 3,6000 |
| 9. Azeite JSD 2 l | 7,2000 |
| 10. Mel "Casa da Eira" 1 kg | 6,5000 |
| 11. Mel "Casa da Eira" 0,5 kg | 3,5000 |

| | | |
|-----|---|---------|
| 12. | Mel com nozes "Casa da Eira" 0,5 kg | 5,0000 |
| 13. | Embalagem de Chicharo | 2,2000 |
| 14. | Licor de Chicharo D' Alvaiaçere 500 ml | 14,0000 |
| 15. | Licor de Chicharo D' Alvaiaçere 200 ml | 8,0000 |
| 16. | Licor de Chicharo D' Alvaiaçere 100 ml | 5,0000 |
| 17. | Postal antigo | 0,3000 |
| 18. | Postal | 0,3000 |
| 19. | Kit de Postais | 2,0000 |
| 20. | Kit de Chicharo | 3,0000 |
| 21. | Caneta | 2,0000 |
| 22. | Lápis | 0,5000 |
| 23. | Pin | 1,0000 |
| 24. | Fita | 2,0000 |
| 25. | Porta- Chaves | |
| 26. | T-Shirts | |
| 27. | Avental | 7,0000 |
| 28. | Baralho de Cartas | 4,5000 |
| 29. | Especiarias | |
| 30. | Bolachas de Chicharo | |
| 31. | Nozes (kg) | 2,5000 |
| 32. | Passas (500g) | 2,5000 |
| 33. | Compotas | 2,0000 |
| 34. | Queijo (Kg) | |
| 35. | Presunto (Kg) | |
| 36. | Chouriço (Kg) | |
| 37. | Morcela (Kg) | |
| 38. | Farinheira (Kg) | |
| 39. | Morcela de Arroz com Chicharo (Kg) | |
| 40. | Chourição (Kg) | |
| 41. | Plantas Aromáticas e medicinais - Alecrim | 1,5000 |
| 42. | Plantas Aromáticas e medicinais - Camomila | 2,2000 |
| 43. | Plantas Aromáticas e medicinais - Carqueja | 1,5000 |
| 44. | Plantas Aromáticas e medicinais - Erva Príncipe | 1,5000 |
| 45. | Plantas Aromáticas e medicinais - Estragão | 1,5000 |
| 46. | Plantas Aromáticas e medicinais - Hortelã Pimenta | 1,5000 |
| 47. | Plantas Aromáticas e medicinais - Hortelã Vulgar | 1,5000 |
| 48. | Plantas Aromáticas e medicinais - Limonete | 1,5000 |
| 49. | Plantas Aromáticas e medicinais - Manjerona | 1,5000 |







| | | |
|-------|--|---------|
| 50. | Plantas Aromáticas e medicinais - Poejo | 1,5000 |
| 51. | Plantas Aromáticas e medicinais - Tília | 2,2000 |
| 52. | Plantas Aromáticas e medicinais - Segurelha | 1,5000 |
| 53. | Plantas Aromáticas e medicinais - Tomilho | 1,5000 |
| 54. | Plantas Aromáticas e medicinais - Cidreira | 1,5000 |
| 55. | Doces de chicharo | 5,0000 |
| 56. | Bolinhos de chicharo | 3,6000 |
| 57. | Chocolate C/ licor de chicharo | 0,5000 |
| 58. | Filete de atum com chicharo (conserva) | 2,5000 |
| 59. | Flor do chão - Louro | 1,5000 |
| 60. | Flor do chão - Alecrim | 1,5000 |
| 61. | Flor do chão - Orégãos | 1,5000 |
| 62. | Livros | |
| 62.1 | Livro de receitas íman | 1,5000 |
| 62.2 | Livro de Receitas Tradicionais | 7,5000 |
| 62.3 | "Alvaiazere – parte do meu contributo para a sua monografia" | 10,0000 |
| 62.4 | Alvaiazere e Areias – duas Igrejas duas Ordens Religiosas – um Convento" | 7,5000 |
| 62.5 | "Topografia médica das cinco Vilas e Arega", | 15,0000 |
| 62.6 | "Alvaiazere – Nobreza e seus brasões" | 8,0000 |
| 62.7 | Viajar com os contos | 5,0000 |
| 62.8 | "Alvaiazere – São Pedro do Rego da Murta – Monografia I" | 7,5000 |
| 62.9 | "Viagens pela História de Alvaiazere" - Brochado | 12,0000 |
| 62.10 | "Viagens pela História de Alvaiazere" - Encadernado | 15,0000 |
| 62.11 | Orquídeas Sítio Sicó - Alvaiazere | 5,0000 |
| 62.12 | No vagar dos tempos | 8,0000 |
| 62.13 | Alvaiazere – Espaço e palavra - Encadernado | 10,0000 |
| 62.14 | Alvaiazere – Pelma (São João da Bela Vista) (Pello Mar) – Monografia 2 | 7,5000 |
| 62.15 | Modelos de Educação familiar e Laboral numa área rural do distrito de Leiria | 12,0000 |
| 62.16 | Tempo de Mudanças | 8,0000 |
| 62.17 | Alvaiazere – Almoster - monografia | 10,0000 |
| 62.18 | Alvaiazere e os seus forais | 30,0000 |
| 63. | Medalha do Foral | 25,0000 |
| 64. | Medalha do Foral - Edição Limitada | 40,0000 |
| 65. | Emblema | 1,0000 |

| | | |
|---|---|---------|
| Artigo 13.º | | |
| Atividades Diversas | | |
| 1 | Workshops/Seminários (de acordo com a deliberação tomada) | |
| 2 | Atividades Culturais - Percursos Pedestres | 2,0000 |
| Artigo 14.º | | |
| Serviços de Educação | | |
| 1. | Atividades de Animação e de Apoio à Família - Prolongamento de Horário Durante o Período Letivo (Semana) | 5,0000 |
| 2. | Atividades de Animação e de Apoio à Família - Após Términus da Componente Letiva - Atividades de Acompanhamento (Semana) | 20,0000 |
| 3. | Atividades de Animação e de Apoio à Família - Após Términus da Componente Letiva - Fornecimento Refeições (Diário) | 1,5000 |
| Artigo 15.º | | |
| Serviços de preservação, conservação e restauro - suportes em madeira | | |
| 1. | Mobiliário - Valor hora, o qual é acrescido das despesas com equipamento e materiais | 15,0000 |
| 2. | Artefactos - Valor hora, o qual é acrescido das despesas com equipamento e materiais | 15,0000 |
| 3. | Estruturas - Valor hora, o qual é acrescido das despesas com equipamento e materiais | 15,0000 |
| 4. | Retabulística - Valor hora, o qual é acrescido das despesas com equipamento e materiais | 15,0000 |
| Artigo 16.º | | |
| Serviços diversos | | |
| 1. | Fornecimento do livro de obra, por cada exemplar | 10,0000 |
| 2. | Fornecimento de aviso de obra, por cada exemplar | 8,5000 |
| Artigo 17.º | | |
| Serviço de remoção de objetos colocados ilegalmente e trabalhos na via pública | | |
| 1 | Pelo serviço de remoção de anúncios e reclamos colocados ilegalmente na via pública ou nas fachadas dos prédios ou em locais visíveis da via pública | |
| | 1.1 - por utilização homem/hora ou fração | |
| | 1.2 - por utilização máquina ou viatura/hora ou fração | |
| | Pela remoção de barracas, stands ou outras construções instaladas no domínio público ou privado do município, sem licença ou autorização da Câmara, bem como pelos trabalhos efetuados na via pública a pedido do município, ou em sua substituição | |
| | 2.1 - por utilização homem/hora ou fração | |

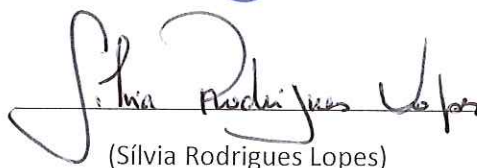
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

| | |
|---|---|
| <p>2.2 - por utilização máquina ou viatura/hora ou fração</p> <p>4 Sempre que se verifiquem danos em bens do património municipal, arrecadar-se-á uma receita correspondente ao valor</p> <p>4.1 - por utilização homem/hora ou fração</p> <p>4.2 - por utilização máquina ou viatura/hora ou fração</p> <p>4.3 - Pelo consumo dos materiais consumidos</p> <p style="text-align: center;">Artigo 18.º</p> <p style="text-align: center;">Cemitério Municipal</p> <p>1. Apedramento de cova</p> | |
| <p style="text-align: center;">Artigo 19.º</p> <p style="text-align: center;">Montagem e Desmontagem da Tenda</p> <p>1. Montagem e Desmontagem de Tenda</p> | <p style="text-align: right;">300,0000</p> <p style="text-align: right;">420,0000</p> |

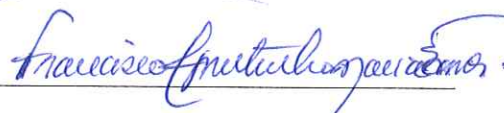
Aprovado em reunião extraordinária pública da Câmara Municipal realizada a 25 de fevereiro de 2016.



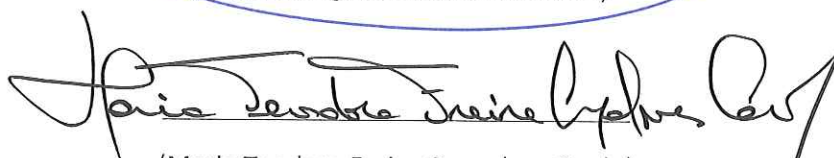
(Célia Margarida Gomes Marques)



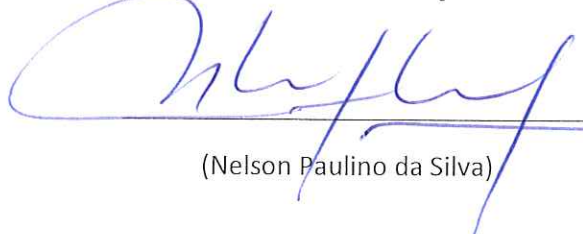
(Sílvia Rodrigues Lopes)



(Francisco Agostinho Maria Gomes)



(Maria Teodora Freire Gonçalves Cardo)



(Nelson Paulino da Silva)